



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa, 1048 -Centro- CEP 14150-000-Serrana/SP

Fone/Fax: (16) 3987-1320 / 3987-2268

camaraserrana@terra.com.br

CNPJ: 49.230.606/0001-35

DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

A **REUNIÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS**, realizada na Câmara Municipal de Serrana/SP, às 17h20, do dia 30 de maio de 2019. PRESENTES a Presidente da Comissão, LÚCIA ROSA DA SILVA POIARES, e os membros da Comissão, CÉLIO FRANCISCO DOS SANTOS e MARISA LUCIANA DE OLIVEIRA. Serão apreciada por esta Comissão a seguinte matéria:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 09/2019, que altera dispositivos da Lei Complementar n.º 300/2002 e da Lei Complementar n.º 380/2015 e dá outras providências, de autoria do Prefeito Municipal.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 04/2019, que dispõe sobre as Diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020 e dá outras providências (LDO), de autoria do Prefeito Municipal de Serrana;

Estava presente a Procuradora Jurídica da Câmara Municipal de Serrana/SP, Dra. Luciana Colmanetti Silva.

No tocante ao **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 09/2019**, a Procuradora Jurídica afirmou que a matéria em questão ainda não está pacificada nos Tribunais Superiores. Atualmente, a ADI n.º 6.053, em andamento, discute o cabimento de honorários de sucumbenciais para advogados públicos federais. Ressalta-se ainda que a ADI n.º 2.013-03-04.2015.8.26.000, proposta em face da Lei Complementar Municipal n.º 380/2015, que determinou que os honorários de sucumbência pertencem ao Município de Serrana, foi julgada improcedente, na vigência do CPC de 2015, em razão do fato de que o caso desta Com. pela inconstitucionalidade da destinação dos honorários de sucumbência ao pagamento de funcionários, por se tratar de receita pública municipal. Ressalta-se, o presente projeto de lei colide com a jurisprudência já firmada sobre o tema.



Câmara Municipal de Serrana

Av. Deolinda Rosa 1048 -Centro- CEP 14150-000-Serrana/SP

Fone/Fax: (16) 3987-1320 / 3987-2268

camaraserrana@terra.com.br

CNPJ: 49.230.600/0001-35

no Município, motivo pelo qual se presume inconstitucional, ao menos não se prove que as premissas fáticas e jurídicas sobre as quais se fundou a decisão do Conselho de Justiça do Estado de São Paulo não mais subsistem. Desse modo, os membros desta Comissão, decidem pela emissão de parecer desfavorável a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 04/2019 em Plenário, em razão da inconstitucionalidade da matéria e do impacto negativo sobre o orçamento público municipal, visto os honorários de sucumbência deixariam de pertencer ao Município e passariam a pertencer aos Procuradores Municipais.

Em relação ao **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 04/2019**, os membros desta Comissão, no primeiro momento, assentiram em convocar audiência pública, nos termos do inciso I do Regimento Interno, e colocar o projeto de lei como item único na pauta da 1ª Sessão Dia tanto na primeira quanto na segunda votação. Quanto aos aspectos jurídicos e orçamentários, em atenção à resposta do Ofício n.º 83/2019, expedido ao Executivo, os membros desta Comissão verificaram que as irregularidades apontadas foram sanadas, preenchendo, portanto, a proposta legislativa em questão os requisitos exigidos no art. 165, §2º da Constituição Federal e no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Por tal motivo, os membros desta Comissão emitem parecer favorável para tramitação do projeto em Plenário.

Assim sendo, às 18h00 encerram-se as discussões da presente Comissão. Esta ata, lavrada e acuada conforme, vai assinada por mim, Caroline Colmanetti Silva, que atua *ad hoc*, bem como por todos os presentes.


ROSALVA DA SILVA POIARES (Presidente)


FRANCISCO DOS SANTOS (Membro)


LUCIANO DE OLIVEIRA (Membro)


CAROLINE COLMANETTI SILVA (Procuradora Jurídica)